

A TERRITORIALIZAÇÃO DA AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA NO MUNICÍPIO DE IEPÊ (SP)*

*José Roberto Nunes de Azevedo***

Resumo:

Este texto visa colocar em apreço algumas questões a cerca da territorialização da atividade canavieira no município de Iepê (SP), de modo que possamos compreender a dinâmica territorial sob o referencial dos processos sociais, tendo em vista, a destacada ação da usina COCAL no município em sua configuração sócio-espacial e estratégica, ao passo que se estabelece novas relações de produção e de trabalho que implicam no ordenamento da sociedade.

Palavras Chave:

agroindústria canavieira, territorialização, trabalho, controle social

Abstract:

Our paper thinks about some cane activity questions and their territoriality process in Iepê (SP) municipality. We look for understanding the territorial regional dynamic through the social process, highlighting the COCAL factory's action into the municipality, in relation to its socio-spatial and strategic configuration. And at the same time, we'll pay attention over the news labour and production relations that implicate over the Society's disciplinarian.

Key-Words:

cane agroindustry; territoriality process; labour; social control

THE TERRITORIALITY OF THE CANE AGROINDUSTRY IN IEPÊ COUNTY (SP)

Introdução

A atividade canavieira é uma das mais antigas do Brasil. Como expressão do capital tem se expandido e assumindo importância na vida de milhões de trabalhadores e alguma centenas de empresários, em quase todas as regiões, com destaque para o Estado de São Paulo, em meio ao entrecruzamento de diferentes aspectos, sociais, econômicos e políticos que reinam no bojo das relações sociais.

Nos lançamos, então, a compreender a dinâmica territorial, a qual nos interessa, sob o referencial dos processos sociais, buscando o desvendamento do desconhecido e o entrecruzamento das reflexões, de maneira a alcançar o entendimento das relações sociais de produção e de trabalho, expressas na agroindústria canavieira em Iepê (SP).

A agroindústria canavieira materializa-se concretamente em aproximadamente 307 fábricas e cerca de 4.500.000 hectares com cana-de-açúcar, os quais estão distribuídos desigualmente pelo território, sendo, pois São Paulo, representado por 128 empresas, em uma área de 2.350.000 hectares com cana-de-açúcar.

É neste contexto que tratando do espalhamento da cultura canavieira em chão paulista, percebe-se, respeitando-se as devidas proporções, a hegemonia das relações capitalistas de trabalho e de produção e as marcas territoriais desse processo são expressas nos altos patamares de concentração de capital, de terra e de renda, tendo em vista que os Estados do Centro-Sul possuem aproximadamente 70% da área plantada do país, ou em outra escala, em São Paulo encontram-se 80% da área plantada com cana-de-açúcar de toda a região sudeste^[1].

Por outro lado, se atentarmos para os trabalhadores envolvidos com a agroindústria canavieira, nota-se que cerca de 1 milhão de pessoas estão ligadas diretamente a esta atividade no Brasil e 510 mil apenas na produção de cana-de-açúcar, sendo que no Estado de São Paulo, encontram-se 400.000 empregos diretos do setor, efetivo esse, que diminui sensivelmente a cada safra, devido a elevação constante da intensificação de capital constante, ou substituição de homens por máquinas, associado ou não às novas formas de gestão e controle do trabalho.

No universo destas empresas e de sua abrangência, se percebe a ocorrência de uma acirrada e violenta opressão sobre os trabalhadores e, de modo especial sobre os cortadores de cana que vêm a cada dia a incerteza da manutenção dos empregos, via mecanização do processo produtivo, particularmente no corte e plantio da matéria-prima, que tem como alavanca a reestruturação produtiva do capital, a qual levou ao desmantelamento das indústrias menos competitivas e a concentração da produção da cana, açúcar e álcool nas mãos de um conjunto reduzido de grupos empresariais.

Neste contexto, nos propomos compreender como esta atividade se expressa no interior do Estado de São Paulo, mais especificamente na cidade de Iepê, sudoeste paulista, considerando os possíveis desdobramentos decorrentes em sua configuração sócio-espacial e estratégica em nível empresarial das agroindústrias, ao passo que se estabelecem novas relações de produção e de trabalho que implicam no ordenamento da sociedade e particularmente do trabalho.

Chegando mais perto do objeto de estudo

O Sertão dos Patos, onde se localiza Iepê atualmente, era habitado desde 1917 por algumas famílias, porém somente em 1924 surgiu um povoado sob o nome de São Roque, dentro das terras que foram doadas ao Santo do mesmo nome, no município de Conceição de Monte Alegre, comarca de Campos Novos Paulista, nas proximidades do Córrego dos Patos.

Em 1925, por questões religiosas não se permitiu que protestantes fizessem suas moradias nas terras do Santo, razão por que vieram a agrupar-se nas terras de Antônio de Almeida Prado formando outro povoado chamado Liberdade. Pelas condições topográficas e econômicas, liberdade desenvolveu-se rapidamente conquistando em 1927, foros de distrito de paz por força da lei estadual nº 2254, de 29 de dezembro, passando desde então a denominar-se Iepê – palavra tupi correspondente à denominação portuguesa de liberdade.

Foi elevado a município, pelo decreto-lei nº 14334, de 30 de novembro de 1944 e instalado a 1º de janeiro de 1945. Como município, foi constituído de dois distritos de paz, Iepê e Ajicê (ex-Alegria), sendo que este veio a ser desmembrado pela lei nº 233, de 24 de dezembro de 1948, no entanto, no dia 30 de dezembro de 1953 incorporou o distrito de Nantes pelo decreto-lei nº 2456, permanecendo como tal até 27 de dezembro de 1995, quando se desmembraram.[\[2\]](#)

A atividade canavieira no município de Iepê

O cultivo de cana-de-açúcar desenvolveu-se no município de maneira desvinculada do processamento industrial até fins da década de 1970, visto que não havia a demanda das agroindústrias canavieiras da região pela matéria-prima, correspondendo, portanto, a cana plantada até então, exclusivamente às necessidades do criatório bovino e pequenos alambiques.

Neste sentido, como nos aponta MONBEIG (1984), no Vale do Paranapanema, rara é a lavoura nova onde não aparece uma pequena quadra plantada com cana que, se inscreve no limiar de outras culturas, sendo plantada principalmente como forragem, mas também para ser vendidas aos engenhos com o fim de se obter aguardente, rapadura e (sub) produtos do gênero.

Deste modo, o desenvolvimento da atividade canavieira com fins industriais, conforme poderemos observar na Tabela 1, se materializará somente em 1982[\[3\]](#), quando ocorre a primeira safra da Usina Central Paraná, do município de Porecatu (PR).

Através da Tabela 1, verifica-se que a área plantada com cana-de-açúcar no município de Iepê apresentou, no decorrer dos anos, variações. No entanto, em anos subsequentes apresentou a mesma área plantada, ora em outros momentos expandiu ou reduziu a sua área de abrangência, movimento este que se explica por conta da atuação de Usinas/Destilarias em épocas diferentes, bem como à fatores internos às unidades[\[4\]](#).

Tabela 1. Territorialização da Cana-de-açúcar no Município de Iepê

Ano	Área plantada	Produção	Rendimento (t/ha)	Cana para forragem
-----	---------------	----------	-------------------	--------------------

	(ha)			ha	Produção
1982	4500	225	50	-----	-----
1983	4500	225	50	-----	-----
1984	4500	225	50	-----	-----
1985	3500	210	60	-----	-----
1986	3650	182,5	50	-----	-----
1987	3650	182	49,86	-----	-----
1988	3650	183	50,13	-----	-----
1989	3650	183	50,13	-----	-----
1990	3650	183	50,13	100	5
1991	5093	331,04	64,99	100	5
1992	5093	331,04	64,99	100	5
1993	5093	331	64,99	100	5
1994	4000	260	65	120	6
1995	4000	-----	-----	120	6
1996	4000	260	65	120	6
1997	3300	227,5	68,93	140	7
1998	3600	234	65	140	7
1999	3600	234	65	140	7
2000	3600	234	65	-----	-----
2001	5000	400	80	-----	-----
2002	6400	400	80	-----	-----

FONTE: IEA, Ttrabalhos de campo (2002).

Neste sentido, particularmente a partir de 1995, denota-se uma situação especial no cenário canavieiro de Iepê, uma vez que neste momento, mais precisamente em dezembro, o distrito de Nantes transforma-se em município, sendo, pois, onde se encontrava expressiva área com essa cultura, implicando na diminuição da área de ocupação em Iepê. Paralelamente a isto, enquanto desdobramento deste recorte territorial deixou de atuar a Usina Atalla e posteriormente a Destilaria Paraálcool, uma vez que a maioria das terras exploradas localizava nesse distrito. É então, que entra em cena exatamente neste ano a Usina Cocal, que entre 2000 e 2002 expandiu sua área de atuação em 78% sendo que isto se deveu ao aumento da capacidade produtiva, ou seja, a usina em questão tendo instalado mais uma moenda em 2001, tem demandado progressivamente por mais matéria-prima.

Por outro lado, quanto à cana-de-açúcar destinada a forragem, observa-se que esta se apresenta em pequenas porções do território, sendo que como tal, possui baixa produtividade/rendimento.

Usina Cocal: Um estudo de caso

A Usina Cocal entrou em atividade em maio de 1980 com a implantação do Proálcool. A empresa começou processando 3.180 toneladas de cana/dia, o que correspondia a 22.500 m³ de álcool/ano. Em 1983, ampliou sua capacidade de processamento industrial e passou a produzir 55.000 m³/ano, sendo que a partir de 1994, passou a fabricar açúcar. Com o aumento crescente da capacidade produtiva, algumas metas foram atingidas, como 67.000 m³ de álcool/ano e 90.000 toneladas de açúcar/ano. Até 2004, a estimativa é de 2,4 milhões de toneladas de cana moída; o que aliás pode ser superado, haja vista que neste ano de 2002 tem-se previsto aproximadamente 2,0 milhões de toneladas de cana-de-açúcar.

Conforme informações disponibilizadas pela UNICA (União da agroindústria canavieira do Estado de São Paulo) entidade de organização das agroindústrias canavieiras, a Usina Cocal situa-se na safra 2001/02, no contexto do Centro-Sul, nas seguintes posições: a) produção de cana-de-açúcar (cana em toneladas): 57º posição num total de 217 empresas sucro-alcooleiras; b) produção de açúcar (sacas de 50 kg): 80º posição num total de 156 usinas e destilarias autônomas (DU) e destilarias anexas (DA); c) produção de álcool (álcool total m³): 40º posição num total de 216 destilarias autônomas (DU) e destilarias anexas (DA)*.

Atualmente está operando com um efetivo de mão-de-obra de cerca de 1300 trabalhadores no corte. Isto pensado num universo de 17 municípios espalhados na região, entre Estado de São Paulo e Paraná, guardando cada qual suas particularidades e diferencialidade no contexto de seu raio de abrangência.

Conforma-se, deste modo, enquanto uma usina de pequeno/médio porte, com perspectivas de ampliação da capacidade de processamento e produção, mas que num cenário comparativo geral do setor sucro-alcooleiro, configura-se enquanto algo a se desenhar. Todavia não há dúvidas de sua premeditada expansão territorial na região, e do mesmo modo, as múltiplas relações daí decorrentes.

Alguns apontamentos...

A utilização e ocupação do território sempre foram fatores preponderantes para aqueles que controlam o poder, uma vez que o domínio territorial implica necessariamente no controle do próprio seguimento societal, que direta ou indiretamente está vinculada às atividades realizadas, segundo relações desiguais e contraditórias.

É partindo desta premissa que podemos compreender a territorialização do capital, através da apropriação da renda da terra, ao passo que se apreende os mecanismos utilizados pela empresa enquanto forma de fetichização das relações estabelecidas no território que, na verdade, expressam justamente a este processo de organização e uso do território por parte do capital industrial.

Neste sentido, pensando no caso da Cocal, conseguiremos chegar a apreensão do processo então em curso de apropriação. Denota-se assim, que a empresa em sua escalada rumo à reprodução ampliada do capital, tem se apoderado de inúmeras áreas do município de Iepê, desde grandes fazendas à pequenas propriedades, na maioria dos casos através da prática do arrendamento e, em menor escala dos contratos de parceria e, em raras situações, a aquisição. Neste sentido, a alternativa preferencial do arrendamento revela a especificidade da estratégia da Cocal para garantir o funcionamento do maquinário fabril. Ou seja, a territorialidade da cana de açúcar marca a materialização de um projeto do capital que não se fundamenta da “desterreação” do trabalhador e de sua família. A possibilidade dos proprietários continuarem com parte de suas terras disponíveis para o cultivo de outros produtos, quase sempre a lavoura branca e pecuária extensiva, obscurece os efeitos da expansão da cana e os desmontes da estrutura produtiva dos sítios em diversas ocorrências (THOMAZ Jr., 2002).

Através de investigação inicial realizada [\[5\]](#) interiormente, percebemos num primeiro momento como os proprietários vêem a territorialização da cana-de-açúcar. Deste modo, apreendemos que estes, em sua maioria, entendem que o arrendamento de suas terras, vem a ser extremamente viável, seja por causa do pagamento elevado e/ou adiantado se comparado com outras atividades desenvolvidas anteriormente, como também da falta de alternativas viáveis economicamente.

Por outro lado, quanto a penetração da cana-de-açúcar, percebe-se certo receio por parte de alguns proprietários, quanto a importância desse processo em curso para o município, sob a alegação de que a cana-de-açúcar é um empreendimento ímpar, ou seja, se traz benefícios de um lado, por outro provoca miséria.

Enquanto isso, em relação ao aspecto financeiro, foi verificado junto aos funcionários da agência do Banco do Brasil de Iepê, a não participação, mediante linhas de financiamento para o cultivo de cana-de-açúcar, junto aos produtores, não existindo, portanto, nenhuma ligação da empresa Cocal com o Banco do Brasil, mesmo porque, segundo eles, a entrada da cana-de-açúcar é muito recente. Entretanto não podemos esquecer que a Cocal não é a primeira empresa a fazer a exploração da cana-de-açúcar em Iepê, não obstante, aparenta ser a mais ousada.

A população de forma geral se posiciona apreensivo com a territorialização da Cocal no município, talvez por causa do alastramento da cana-de-açúcar incidir desde as proximidades do raio urbano e, portanto, “aos olhos de todos”, considerando neste sentido, a cidade enquanto local da reprodução das relações sociais (LEFEBVRE:1973).

Logo, neste limiar, muitas questões são levantadas quanto: a queima da cana-fumaça, fuligem; problemas ecológicos e pedológicos advindo de uma possível homogeneização da paisagem ou monoculturação, e os desdobramentos territoriais, da concentração de renda, de terra e de capital. Neste sentido, registra-se um efetivo de uma turma, equivalendo, portanto, a cerca de 45 pessoas do município arregimentadas para o trabalho nas áreas sob domínio da Cocal, sendo que, no geral busca-se os trabalhadores em outros municípios da região, incluindo o Estado do Paraná. Deste modo acentua e complexifica seu caráter de controle e gestão do trabalho.

Nestes termos, resta-nos saber se a expansão da atividade canavieira em Iepê trará benefícios aos trabalhadores e comunidade em geral, tendo em vista as modificações estruturais nos modos de

vida das pessoas, nas relações de trabalho, e com forte impacto na acumulação e concentração de riqueza nas mãos do capital agroindustrial canavieiro. Nossas atenções se voltam, pois, para a apreensão das novas relações sociais que aflorarão, determinando desdobramentos diversos sobre o trabalho e sobre o espaço.

Considerações Finais

Conforme pudemos apreender, a ocorrência de uma reconfiguração sócio-territorial, e paralelamente a este processo, representando este movimento, há amplitude das relações capitalistas de produção no meio rural e as formas de controle e gestão do trabalho pelo capital e pelo Estado, entendidas, antes de tudo no contexto em que se materializa, enquanto manifestação da reprodução ampliada do capital. Ou seja, da busca do lucro que impulsiona este processo e o exercício do controle social, pois não devemos perder de vista a escala global e contraditória onde se formam e se desenvolvem estas relações, bem como o resultado para a sociedade de maneira geral e para aqueles que são os principais atingidos pelas transformações ocorridas, os trabalhadores, coabitantes deste processo.

Fica assim evidenciado, que este processo de desenvolvimento capitalista no campo que se desenha é, portanto, a forma pela qual o capital se territorializa e do mesmo modo, se reproduz enquanto um complexo de relações sociais.

Referencias Bibliográficas

ANDRADE, Manuel Correia de. *Modernização e pobreza: a expansão da agroindústria canavieira e seu impacto ecológico social*. São Paulo: USP/FFLCH - GEO, 1994.

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao Trabalho?* Ensaio sobre a metamorfose e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora Unicamp, 1998.

BRAY, Sílvio Carlos *A cultura de cana-de-açúcar no vale do Paranapanema: um estudo de geografia agrária*. São Paulo: FFLCH/USP (Tese de Doutorado), 1980.

BRAVERMAN, H. *Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX*. S. Paulo: Zahar Editores, 1981.

KAGEYAMA, A. *O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais*. Campinas: UNICAMP, (MIMEOG) 1987.

LEFEBVRE, Henri. *A Reprodução das Relações de Produção*. Porto: Escorpião, 1973.

MARTINS, J. de S. *Os Camponeses e a Política no Brasil*. Petrópolis. Editora Vozes, 1995.

MARX, Karl. *O manifesto do partido comunista*. São Paulo: Anita Garibaldi, 1998.

MORAES, Márcia Azanha Ferraz Dias de. *A desregulamentação do setor sucroalcooleiro do Brasil*. Americana, SP: Caminho Editorial, 2000.

NASCIMENTO, César Augusto Oller do. *Concentração e centralização de capitais na agroindústria brasileira na década de 1990: O caso do setor sucroalcooleiro*. Dissertação de Mestrado. UFSCAR/ Departamento São Carlos, 2001.

OLIVEIRA, Ana Maria Soares de. *A queima de cana-de-açúcar na Usina Nova América (Tarumã-SP): Gestão ambiental e Relações de trabalho*. Monografia de bacharelado. FCT/UNESP. Presidente Prudente, 1999.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Um discurso sobre as ciências*. Porto: Apontamentos, 1988. 58 p. (História e idéias).

SILVA, Eunice Isaias da Silva. *As relações de trabalho na lavoura canavieira*. Espaço em Revista, V. 1, n- 1, p. 1-11, jan. dez. 1996.

SZMRECSANYI, T. *O planejamento da agroindústria canavieira do Brasil*. (1930-1975). São Paulo: HUCITEC/UNICAMP, 1979.

THOMAZ JÚNIOR, Antonio. Por uma Geografia do Trabalho. IV Colóquio Internacional de Geocrítica, Barcelona, 2002a. disponível em: www.ub.es/geocrit/c4-athoj.htm.

THOMAZ JÚNIOR, Antonio. *Por trás dos canaviais, os (Nós) da cana*. São Paulo: annablume/Fapesp, 2002b.

THOMAZ JUNIOR, A. *O trabalho como elemento fundante para a compreensão do campo no Brasil*. Presidente Prudente, 2002c. (mimeografado).

THOMAZ JÚNIOR Antonio. *A Câmara Setorial Paulista Sucro-alcooleira em questão: a relação capital-trabalho e os desafios para o movimento sindical*. Relatório de Pesquisa (Auxílio à Pesquisa-FAPESP). Presidente Prudente, 2001, 252 p. (mimeogr.)

THOMAZ JÚNIOR, Antonio. Gestão e ordenamento territorial da relação capital-trabalho na agroindústria sucro-alcooleira. In: *Informações Econômicas*. São Paulo: IEA, v. 30, n.4, abril, 2000.

THOMAZ JÚNIOR, Antonio. “Leitura Geográfica e gestão política na sociedade de classes”. In: *Boletim Gaúcho de Geografia*, número 24. AGB-Seção Porto Alegre. Porto Alegre, 1998.

* Este texto é produto das reflexões iniciais do Projeto de Pesquisa em nível de Estágio Não-Obrigatório “Territorialização da Cana-de-açúcar e Relações de Trabalho em Iepê”, desenvolvido junto ao Departamento de Geografia da FCT/UNESP, sob orientação do Professor Antonio Thomaz júnior.

** Estudante do segundo ano do curso de Graduação em Geografia da FCT/UNESP/Presidente Prudente, Bolsista PIBIC/CNPq e membro do Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT). *E-Mail: azevedogeo@hotmail.com*

[1] Mais detalhes, ver Thomaz Jr., 2002.

[2] Fonte: Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, 1957 & Lei Orgânica do Município, 1990.

[3] Está constatação foi feita mediante a consulta aos anuários do IAA, na qual o município de Iepê aparece com produção para indústria a partir de 1982, no entanto segundo Bray (1980), em fins da década de 1970, a Central Paraná já possuía uma área de abrangência que se estendia de Porecatú, Centenário do Sul, Alvorada do Sul, Florestópolis e Mirassol no Estado do Paraná, até Taciba e Iepê no Estado de São Paulo.

[4] Em termos gerais e em outra escala, isto evidencia-se, fundamentalmente, quando as configurações conjunturais apontam para influências de fatores internos e externos às agroindústrias, como por exemplo, cotação da matéria-prima e dos produtos de sua seara produtiva no mercado, as políticas de subsídio implementadas pelo Estado, orientação de parte dos investimentos para outros setores produtivos então mais lucrativos, etc.

* Essa denominação foi desenvolvida por Thomaz Jr., 2002, para interpretar as diferenças expressas internamente às empresas agroindustriais canavieiras no tocante à destinação da cana-de-açúcar moída.

[5] Esta atividade iniciou-se no ano de 2001 a partir do projeto de Pesquisa da Bolsa PAE, sendo que agora sob novos referenciais, nos propomos a dar continuidade, especialmente por conta do Plano de Trabalho da Bolsa de IC/CNPq/PIBIC.